

## TRIBUNA DA CIDADE

CLÁUDIO MONTEIRO

### Pelo resgate da cidadania

Virada a página da história que devolve a dignidade à Nação brasileira e reacende a crença nas instituições pertimindo ao povo o direito à esperança e ao sonho de um futuro justo, é preciso que as elites se conscientizem e os governantes assumam sua responsabilidade pública e seu compromisso com o bem comum neste novo ano de 1993.

O resgate da cidadania, tão apreçoado recentemente por ocasião da cruzada democrática que iniciou a grande faxina moral no âmbito da administração pública, pede ações consoantes com a afirmação das nossas instituições e respeito aos direitos dos cidadãos, razões primeiras da observância incessante e vigilância dos mecanismos de disciplinamento da convivência social, escudados nas normas legais.

Não se pode mais admitir hoje que o desrespeito aos direitos elementares, constantes da carta constitucional — alguns deles há muito ratificados em legislação ordinária específica — continuem a ser atropelados em função dos interesses de minorias mercantilistas e inescrupulosas e em detrimento de maiorias ainda indefesas e reféns de uma economia desarrumada e de um mercado deformado pela ineficiência do Estado e omissão de governantes comprometidos.

O maior patrimônio da Nação, que é a educação dos seus filhos,



**"Não se pode admitir que o desrespeito aos direitos básicos continue só pelo interesse de uma minoria"**

deve merecer a imediata ação daqueles que têm responsabilidades públicas, para que se possa reconstruir de fato, e não apenas incidentalmente, as bases da sociedade brasileira, após termos vivido a maior experiência democrática jamais vista no âmbito dos povos modernos — a deposição (mascarada de renúncia) de um Presi-

dente da República sem decoro, sem moral e sem dignidade para exercer o cargo. A lição de civilidade, civismo e amadurecimento político dada pelo povo brasileiro e suas instituições exige um mínimo de atenção para a nova realidade a enfrentar.

Mais do que nunca, encorajados pelos novos tempos, é preciso que todos defendam o direito constitucional e a obrigação do Estado em providir a educação para os seus filhos. Hoje, dada a falência do ensino público, a escola particular tornou-se uma imposição, quando no máximo deveria apresentar-se como opção àqueles que têm recursos e podem prescindir dos serviços do governo.

Movido por esse espírito de resgate dos direitos elementares das famílias sacrificadas pela gananciosa malha das escolas particulares em consequência da ineficiência do ensino oficial, é que voltaremos à luta, já em fevereiro, no início da próxima sessão legislativa, reapresentando o nosso projeto que concede descontos progressivos significativos aos pais que têm mais de um filho em colégios particulares, cujas mensalidades sofreram aumentos absurdos de mais de 1 mil por cento nos últimos doze meses. Espera-se que desta vez o Governo do DF examine melhor sua responsabilidade, embalado nos ventos dos novos tempos, e não o veto como fez em 1992, após sua aprovação pela Câmara Legislativa.

■ Cláudio Monteiro é deputado distrital pelo PDT